

PLANO DE TRABALHO

Coordenadores:

Lourdes Sola (DCP-NUPPS) e Eduardo Viola (IEA-USP)

Pesquisadores Associados: Janina Onuki (IRI-USP), Eduardo Viola), Cristiane Lucena (professora associada, IRI-USP), Vinicius Rodrigues Vieira (Ph.D, Oxford, FAAP), Dr. Sergio Vale (economista-chefe, MB Associados, doutor pelo IRI); Dr Moisés Marques (Fundação Sociologia Política).

Título: Brasil como uma democracia ”de mercado emergente”. Entre a agenda democrática e a agenda da globalização.

Período (2020-2024)

Resumo.

O objetivo geral do projeto é desenvolver uma *abordagem política* das respostas do Brasil à globalização com vistas a situar e interpretar as opções de políticas públicas, com destaque *para as políticas econômica e climático-ambiental* efetivamente levadas a cabo a partir de 1998-99. Nosso ponto focal é a observação de *conjunturas críticas* nas quais novos desafios de governança democrática pautaram escolhas de políticas públicas decisivas em termos de seu impacto estratégico sobre os rumos do país e sua forma de inserção no cenário global.

A abordagem política pauta-se pela fórmula sintetizada por Gourevitch, ao analisar a resposta de diferentes países expostos ao impacto transformador das distintas *conjunturas críticas* internacionais que observou desde o século 19 ao 21: “a political explanation of policy must identify those whose support makes it possible to resolve disputes among contending policy alternatives” (Gurevitch, 2013, p.25).

O estudo proposto ancora-se no princípio teorizado por Gourevitch e Solingen (2016) de que em tais conjunturas, os conflitos distributivos *latu sensu* – por sobrevivência e eventual dominância política – refletem-se na reconfiguração de coalizões sociopolíticas competitivas entre si. Dessa perspectiva, o mapeamento e a interpretação das *policy*

coalitions em disputa nas arenas decisórias domésticas pressupõe e requer a análise das clivagens e dos realinhamentos socioeconômicos associados a deslocamentos significativos no cenário internacional.

A investigação proposta aqui será circunscrita à análise das conjunturas críticas domésticas que se situam no marco de duas macro-conjunturas críticas internacionais: as que antecederam e sucederam a crise financeira global de 2008 e a pandemia do CoVid 19. Parte-se do suposto de que os desafios de governança político-econômica e climático-ambiental no marco da democracia brasileira assumiram (e assumirão) novos contornos – crescentemente sistêmicos – ao longo desse período. Trata-se de observá-los de uma perspectiva dinâmica: no contexto instável e movediço de um capitalismo de estado em vias de reinvenção no plano doméstico e da reconfiguração das assimetrias de poder na ordem internacional.

Este projeto é parte de um projeto comparativo sobre democracias de “mercado emergente” (DEM), articulado pelo Comité de Pesquisa em Economia Política Internacional (Research Committee IPE, RC 51) da International Political Science Association, (IPSA). Criado em 2012 por Lourdes Sola (USP) e Laurence Whitehead (Oxford), agrega uma rede global de acadêmicos cujo objetivo comum consiste em “lançar novas perspectivas sobre os processos de reconfiguração de *poder* no sistema internacional, *com foco* nas *democracias* de “mercado emergente” (<http://rc51.ipsa.org>).

Em consequência, deverá contar com a colaboração dos membros do Conselho do referido Comité de Pesquisa: Laurence Whitehead (chair, Oxford University); Leslie Elliott Armijo (Simon Fraser University, Vancouver, Canadá); Kathryn Hochstetler (London School of Economics); Matthew Taylor (American University, Washington, DC).

Áreas de Conhecimento.

Ciência Política, Economia Política Internacional, Políticas Públicas

Formulação do Problema

O princípio teórico organizador desse estudo é a proposição conforme a qual o Brasil compartilha com outras variedades de democracia de “mercado emergente” (DEM)

uma série de características distintivas no que se refere à forma de condução dos assuntos do Estado (Sola & Whitehead, 2006, 2018). Em termos das condições de *governança democrática* específicas a esses países, tais características podem ser sintetizadas como segue. Na era do capital globalizado, a capacidade dos governos para resolver problemas através da implementação de políticas públicas está condicionada por dois sistemas de constrições, cuja operação obedece a *lógicas* e *timing* distintos. De um lado, aquelas condicionadas pela agenda da globalização econômica, que deram impulso à “internacionalização” de economias políticas tradicionalmente fechadas, algumas das quais com fortes traços de capitalismo de estado. (Brasil, Índia, México sobretudo). De outro, as constrições impostas pelas formas que assume a agenda democrática em diferentes momentos: as quais derivam das pressões domésticas típicas de uma democracia de massas, em um cenário institucional balizado pelos princípios da democracia representativa. Em tais condições os atores políticos empoderados para atuar em nome do Estado – formuladores de políticas públicas, políticos eleitos, burocracias pertinentes – se confrontam reiteradamente com tarefas de coordenação complexas em busca de um equilíbrio delicado entre ambos sistemas de constrições. É dessa perspectiva comparativa, que se pretende investigar os *policy-mixes* que definiram (e definirão) os rumos da política econômica e da política climático-ambiental

O interesse explicativo em identificar os desafios de governança democrática no Brasil a partir da observação de sucessivas conjunturas críticas nos últimos 20 anos deriva de características distintivas da trajetória brasileira recente. Em uma perspectiva comparada com outras DEM, destacam-se 5 desdobramentos relevantes. Respectivamente:

- 1) a *higidez sem precedentes do sistema financeiro e do Balanço de Pagamentos*, não obstante a crise econômica e política dos anos 2014-2016,
- 2) as formas que passou a assumir o *protagonismo da “política”* nos últimos anos: nas *decisões* de política econômica e climático-ambiental e na *percepção* da agenda democrática por diferentes setores sociais e atores políticos;
- 3) a abrangência da *crise do sistema de representação*, à qual se *superpõe* uma *crise de legitimação política* profunda – atestada pela polarização ideológica e cultural em torno da “captura” do Estado por interesses particularistas (político-partidárias ou por corporações específicas);

- 4) o posicionamento das *policy coalitions* em disputa, que dificulta/inviabiliza a formulação de *uma estratégia acordada* necessária para a reinserção do Brasil no cenário global *como poder emergente*, frente aos desafios de governança político-econômica e climático-ambiental impostos por um novo ordenamento internacional em curso;
- 5) as características distintivas que fazem do Brasil o ator *potencialmente* relevante (entre os DEM) , no que se refere à capacidade de influir na formulação da agenda climático-ambiental em escala global.
- 6)) *Uma configuração política e institucional atípica em resposta à pandemia, onde uma crise político-institucional superpõe-se às duas grandes crises (sanitária e econômica) que afetam todos os países do mundo. Tal configuração está marcada pelo contraste entre a resposta anticientífica do Executivo Federal ,por um lado, e por outro os contrapesos pro-ciência exercidos pelo Congresso, STF, Ministério Público, Tribunais de Contas, bem como por governos estaduais e municipais. Trata-se de uma configuração com reflexo em novos deslocamentos políticos e institucionais: a) aumento inédito do teor propositivo do Congresso no que se refere à formulação das políticas relevantes (econômicas, social; b) reconfiguração do federalismo democrático, em função da crescente autonomia propositiva dos estados e municípios bem como na constituição de frentes políticas suprapartidárias.*

A noção de conjuntura crítica é usada aqui em um sentido específico. Vale dizer, como uma “encruzilhada” na qual mudanças substantivas no sistema de restrições impostas por transformações em na agenda democrática e/ou na agenda da globalização abrem espaço para novos desafios de governança democrática. Tais desafios abrem espaço para opções de governança político-econômica e climático ambiental, propostas por coalizões sociopolíticas competitivas entre si. As conjunturas críticas que nos propomos mapear e analisar, portanto, correspondem a momentos de inflexão nos quais deslocamentos significativos no cenário internacional e/ou nas arenas domésticas redundaram em uma *reconfiguração dos desafios de governança democrática*.

Objetivos

O objetivo último da pesquisa é compreender e explicar as decisões de política econômica e climático-ambiental à luz *das* características da *economia política do país*,

isto é: *dos interesses em jogo, das instituições, bem como das ideias mobilizadas para obter/consolidar apoio político relevante para as propostas em jogo.*

O mapeamento das coalizões sociopolíticas, sua composição e sua eventual articulação em *policy coalitions* nos sub-períodos compreendidos entre a 1999-2008 e as 2024 constitui a espinha dorsal empírica da pesquisa. A abordagem política das políticas públicas nos moldes do “*coalitional approach*” adotado aqui requer que se proceda à identificação dos *grupos pivô*, ou seja, *aqueles cujo apoio torna possível resolver a disputa entre políticas públicas competitivas entre si*. Essa é, como sugerido, a questão focal da pesquisa. Nessa linha, um primeiro objetivo será *a identificação dos grupos pivô, ou seja, daqueles atores/setores cujo deslocamento afeta o resultado da disputa em torno de políticas alternativas no contexto institucional instável e movediço do capitalismo de estado brasileiro*. Um segundo objetivo, é a especificação das questões de política econômica e climático ambiental em torno das quais se organiza o conflito em cada sub-conjuntura a ser analisada (descritas abaixo). Isso implica situar tais conflitos à luz dos seguintes aspectos: o sistema de ideias em disputa; a forma pela qual cada coalizão incorpora (e entende) as transformações na agenda democrática e na agenda da globalização. Por último, interessa identificar *os empreendedores políticos* que respondem pela formação das *policy coalitions* nas arenas decisórias específicas – e a forma pela qual percebem, mobilizam, e/ou redefinem, as instituições políticas e econômicas.

As políticas públicas a serem investigadas são de dois tipos. Primeiro, aquelas definidas na literatura sobre “emergência” como os pilares de uma economia globalizada. Respectivamente:: as políticas macroeconômicas (fiscal, financeira e monetária); e de comércio internacional (política comercial). Segundo, as políticas climático-ambientais, em resposta, seja às transformações pertinentes da agenda democrática, seja às mudanças na agenda internacional. Estas últimas figuram entre aquelas que definem a *qualidade da democracia*.

Em caráter preliminar, à luz das evidências disponíveis até o momento, os pontos de inflexão a serem considerados como deslocamentos significativos em uma ou nas duas agendas são os seguintes:

1) 1998-1999 – corresponde ao aprofundamento do *policy framework* então vigente, com a introdução do tripé político-econômico, em resposta à instabilidade

macroeconômica, associada à crise asiática e à moratória da Rússia que levaram à crise cambial de janeiro de 1998.

2) 2002-2003 a instabilidade macroeconômica associada ao ciclo eleitoral de 2002: as reações dos credores internacionais às “eleições críticas”– marcadas pela candidatura Lula e o posterior redirecionamento da estratégia político-econômica do PT (na sequência da crise econômica na Argentina).

3) 2005-2006 – o “choque doméstico” impresso à agenda democrática pelas primeiras evidências de captura do Estado – a crise do “mensalão”; e o redirecionamento da política climático-ambiental, graças à qual o Brasil obteve altos ganhos reputacionais, passando da condição de vilão internacional à de ator dotado de credibilidade internacional.

4) 2013 -2015 – marca o redirecionamento decisivo tanto no plano político-econômico quanto climático-ambiental, contra o pano de fundo de desestabilização progressiva do presidencialismo de coalizão. De um lado, inclui a sucessão de choques *endógenos* ao sistema político, como as manifestações de 2013; as mudanças legais e as delações premiadas que deram impulso à Lava Jato, 2019; a reversão das expectativas econômicas a partir de 2015. No plano da política climático-ambiental, essa conjuntura traz à luz uma contradição aguda: marca o ponto alto *das políticas de controle* de desmatamento na Amazônia, e ao mesmo tempo, um retrocesso em termos de código florestal.

5) 2016-2019, a reorientação das políticas econômica e climático-ambiental contra o pano de fundo dos sucessivos deslocamentos de ordem política e pelo impacto da “crise fiscal”, entre o “impeachment” da Presidente Dilma a eleição de J. Bolsonaro

6) 2020-2024. A pandemia do COVID 19 com seu impacto profundo tanto nos realinhamentos da coalizão governamental quanto na reputação internacional do Brasil Essa conjuntura está em aberto e é provável que se desdobre em novas conjunturas críticas e portanto em futuros objetos de análise.

Justificativa e Relevância

Ao longo dos últimos 30 anos o Brasil confrontou-se com o desafio de incorporar parte da agenda da globalização econômica em um contexto político condicionado por uma agenda democrática em vias de institucionalização.

Em termos de *governança democrática*, o desenho das políticas públicas ao longo desse período esteve condicionado à busca de um *equilíbrio delicado* entre dois objetivos, sujeitos a requisitos e a lógicas diversas. Vale dizer, os requisitos impostos pelo processo de liberalização da economia e aqueles ditados pela consolidação de um regime democrático, pautado por um *ethos* igualitário, socialmente reformista incorporado à Constituição de 1988. Nesse quadro, o desafio político-econômico maior consistiu em formular *policy-mixes* baseados em princípios bem mais abrangentes do que aqueles que pautam as literaturas políticas relevantes: seja o conceito minimalista de democracia seja os padrões dominantes de liberalismo econômico.

A complexidade das tarefas de coordenação política e econômica envolvidas, portanto, não podem ser minimizadas. Tratava-se compatibilizar distintos critérios de desempenho econômico, político e social, adequando-os ao conjunto de normas legais que serve de marco ao “império da Lei” (*rule of Law*). Respectivamente: obter *credibilidade econômica* aos olhos dos investidores internacionais e domésticos; garantir *legitimidade política* aos olhos de um eleitorado de massa e o suporte político dos setores socioeconômicos dominantes; e institucionalizar direitos civis, sociais e políticos, a par de novas normas de *prestação de contas* e de *responsabilização política* pelo exercício do poder público (*accountability*).¹

A julgar pela reconfiguração das assimetrias de poder econômico e político no plano internacional em curso nos últimos anos o desafio de coordenar a “agenda da globalização econômica” e a agenda democrática tem adquirido novos contornos.

Embora difíceis de identificar quanto aos seus efeitos a nível doméstico, os motores (*drivers*) da nova ordem internacional até a crise do CoVid 2019 eram suficientemente nítidos: apontavam para uma *mudança de época* nas condições de governança democrática. Os formuladores de políticas públicas deveriam responder a processos transformadores que apontavam para deslocamentos tectônicos, de três ordens.

Primeiro, quanto à abrangência e profundidade do impacto desestabilizador das novas tecnologias, visível em múltiplas esferas da vida social, especialmente nas formas de organização do trabalho, nas formas de comunicação social e, sobretudo na fragmentação das bases sociais da política tal como a conhecemos. Em segundo lugar, quanto ao modo de fazer política e ao *timing* dessa atividade. Tais aspectos passaram a

¹ O conceito de *accountability* condensa as duas dimensões. Será usado como fórmula taquigráfica para cobrir ambas, que na prática brasileira nem sempre estão associadas.

ser menos pautados por interesses de classe e, portanto, menos ancoradas na estrutura produtiva e mais orientadas por critérios identitários ou por um impulso redistributivista difuso. É partir dessas evidências que os estudos sobre a correlação entre as reações dos perdedores da globalização econômica, a emergência dos populismos de direita e o declínio da confiança nas instituições democráticas nos países avançados ganharam novo impulso.

A crise do CoVid se sobrepõe a tais *drivers*, agregando novos deslocamentos tectônicos a esse quadro de incertezas em escala global. As repostas a essa macro-conjuntura crítica no Brasil, por sua vez estarão pautadas pela reconfiguração ora em curso seja das relações entre poderes Executivo, Legislativo e o sistema de Justiça, seja pelos novos contornos que tem assumido nosso federalismo democrático. Em um quadro no qual se superpõem uma crise sanitária, uma crise socioeconômica e uma recessão democrática, a observação das políticas públicas nos campos selecionados ou seja, os rumos da política econômica e os da política climático ambiental adquire centralidade e sentido de urgência. Em suma, nosso intuito é responder à questão: “como chegamos até aqui”,?

IMPACTO CIENTÍFICO E SOCIAL

O impacto científico e social do projeto se desdobra em duas dimensões

- 1- Uma abordagem *política* da dinâmica político-econômica do Brasil no século 21, tendo como eixo a análise das conjunturas críticas nos termos do *coalitional approach* descritos acima não tem precedentes na literatura brasileira ou internacional sobre o país. Por seu *caráter transdisciplinar* deverá contribuir para a compreensão *política* de fenômenos descritos como “econômicos” tais como estagnação e declínio relativo do Brasil no sistema internacional ao longo do século 21. Nesse sentido, além de oferecer novas perspectivas para a análise científica do Brasil como uma variedade de democracia de mercado emergente, deverá contribuir para o *debate público sobre o protagonismo da política na formulação e implementação da política econômica, bem como nas respostas regressivas do país à pandemia do CoVid 19.*
- 2- O Brasil é um *player* fundamental no processo de *rule making* que define a política ambiental internacional – certamente o mais relevante dentre as

democracias “de mercado emergente”. Por duas razões. Primeira, por seu papel na dinâmica climática internacional (atrás apenas de EUA, União Europeia, China, Índia, Rússia e Japão). Para bem ou para mal, destaca-se por sua capacidade destrutiva ou pelo seu potencial de contribuir para a transição para uma economia de baixo carbono. Em segundo lugar, por ser o país com maior biodiversidade do mundo e possuir a mais extensa superfície de florestas tropicais. Em terceiro lugar por ter a terceira reserva de água doce do mundo (atrás do Canadá e da Rússia) e vastas terras agriculturáveis em uso, bem como fronteiras agrícolas potenciais em áreas destinadas à pecuária (extensiva ou degradadas)..

O projeto cria condições para um avanço substancial em duas frentes: na compreensão que têm do Brasil os *players* internacionais ; na compreensão que os atores políticos domésticos têm quanto ao desempenho do país nos processos de governança político-econômica e climático- ambiental. O projeto deverá oferecer subsídios mais consistentes para comunidade ambientalista/climática (ONGs, empresas, movimentos sociais, mídia) aperfeiçoar as propostas de políticas públicas ambientais (nacional e subnacional) com base em uma melhor análise das oportunidades de desenvolvimento sustentável.

Metodologia

O projeto se valerá de três abordagens metodológicas que buscam responder às perguntas da pesquisa: **1.** o *process tracing* busca identificar os mecanismos que conectam variáveis independentes a dependentes com base em observações causais processuais. A técnica será empregada tendo em vista o objetivo de sistematizar os mecanismos que levaram atores pivôs a se realinharem entre si durante conjunturas críticas.

2. Um segundo investimento metodológico refere-se à realização de entrevistas estruturadas com representantes de empresas dos setores industrial, financeiro, agrobusiness e serviços, e atores governamentais, buscando identificar mudanças na percepção tanto do Executivo, quanto do Legislativo e Judiciário que passaram a ter papel relevante nas conjunturas críticas mais recentes.

3. Para captar esta mesma percepção ao longo do tempo, também pretendemos combinar dados já disponíveis em bases de dados oferecidas por projetos de relevância

nacional, como: Qualidade da Democracia, Latinobarômetro, IBOPE e Datafolha. Todas essas instituições têm aplicado, de forma sistemática, questionários que são fontes a serem utilizadas nesta pesquisa.

Cronograma e Detalhamento das Atividades

Atividades									
	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1	2024/2
Revisão da literatura substantiva e metodológica	x								
Aprimoramento dos instrumentos metodológicos da pesquisa	x								
Pesquisa e análise das três primeiras conjunturas críticas		x	x						
Realização de entrevistas em profundidade com atores-chaves		x	x						
Aplicação e análise dos surveys			x	x					
Pesquisa e análise das demais conjunturas críticas						x	x		
Realização de seminário internacional							x		
Debate sobre os capítulos e preparação do livro a ser publicado								x	

Primeiro Ano: Revisão de literatura teórica e metodológica recente sobre globalização, governança democrática e política ambiental/climática internacional. Revisão de literatura recente sobre economia política do Brasil no século 21 e inserção internacional do Brasil. Reunião Semanal online de análise da conjuntura atual com participação de pesquisadores convidados nacionais e internacionais.

Segundo Ano: Aprimoramento dos instrumentos metodológicos e framework analítico. Realização de entrevistas em profundidade com atores-chave. Preparação de artigo e/ou capítulo de livro a ser publicado em periódico de alto impacto internacional. Reunião Semanal online de análise da conjuntura atual com participação de pesquisadores convidados nacionais e internacionais.

Terceiro Ano: Pesquisa e análise das três primeiras conjunturas críticas. Aplicação e análise dos surveys. Realização de entrevistas em profundidade com atores-chave. Preparação de artigo e/ou capítulo de livro a ser publicado em periódico de alto impacto internacional. Reunião Semanal online de análise da conjuntura atual com participação de pesquisadores convidados nacionais e internacionais. Realização de seminário nacional.

Quarto Ano: Pesquisa e análise das demais conjunturas críticas. Realização de entrevistas em profundidade com atores-chaves. Preparação de artigos e capítulos de livro. Reunião Semanal online de análise da conjuntura atual com participação de pesquisadores convidados nacionais e internacionais

Quinto ano: Elaboração de livro a ser publicado com os artigos relevantes para a apresentação dos resultados do projeto. . Reunião Semanal online de análise da conjuntura atual com participação de pesquisadores convidados nacionais e internacionais. Realização de seminário internacional. Elaboração de relatório final.

Recursos Financeiros

O projeto foi apresentado à FAPESP e não implica em contribuições adicionais do IEA. Os coordenadores Lourdes Sola e Eduardo Viola contarão com Bolsas de Produtividade do CNPQ. Os pesquisadores associados contarão com verbas e bolsas decorrentes de suas atividades acadêmicas e/ou de consultoria.

Descrição das Atividades dos Coordenadores.

Lourdes Sola é responsável pela construção e supervisão do marco analítico do projeto e pela sua eventual revisão à luz dos resultados parciais da pesquisa. Deverá desenvolver a abordagem política das políticas macro-econômica e de comércio internacional, bem como a análise dos processos transformadores que respondem pelas mudanças na agenda democrática. Participará do processo de estruturação das

entrevistas com os formuladores de políticas públicas relevantes , bem como dos CEOs do mercado financeiro , do agro negócio e da indústria. Trata-se, nesse caso, de aferir as formas de percepção que têm esses atores das transformações observadas na agenda democrática e suas relações com o processo de re-capacitação do Estado brasileiro. Além de contribuir substantivamente para o desenho do Survey, a ser conduzido pela professora Janina Onuki e Dr. Sergio Vale, será também responsável pela interação com os colaboradores internacionais que integram o Comité de Pesquisa 51, da Associação Internacional de Ciência Política. (IPSA) .

Eduardo Viola, deverá coordenar as análises sobre as políticas que explicam as mudanças na inserção do Brasil no cenário global e regional , com destaque para as políticas climático-ambientais e para as transformações na agenda da globalização a partir de 2008.. Participará da elaboração das questões pertinentes nos questionários do Survey e da estruturação de entrevistas com formuladores de política externa e com CEOs do agronegócio, do mercado financeiro e da indústria. Deverá coordenar a revisão da literatura relevante sobre as transformações na agenda da globalização e as perspectivas em aberto pelas mudanças tecnológicas e no sistema de informação.

BIBLIOGRAFIA

- Abranches, S. (2019). *Presidencialismo de Coalizão: Raízes e Evolução do Modelo Político Brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras.
- Acemoglu, D. e Robinson, J. A. (2012). *Por que as Nações Fracassam? As Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier.
- _____ (2019), *The Narrow Corridor. States, Societies, and The Fate of Liberty*, New York: Penguin Press.
- Alston, Lee. Marcus André Melo, Bernardo Mueller e Carlos Pereira (2016). *Brazil in Transition: Beliefs, Leadership, and Institutional Change*. Princeton: Princeton University Press.
- Arretche, M., 2012, *Democracia, Federalismo e Decentralização no Brasil*. São Paulo-Rio, FGV.
- Bacha, E. & Bonelli, R. (2016). “Coincident Growth Collapses: Brazil and Mexico. Since the Earliers 1980`s.” In *Novos Estudos CEBRAP*. Vol. 35(2), pp. 151 a 181.
- Baldwin, Richard . (2016). *The Great Convergence: Information Technology and the New Globalization*. Belknap Press: An Imprint of Harvard University Press.
- Banerjee, A. and Duflo, E., (2019) *Good Economics for Hard Times*, New York: Public Affairs.

- Beach, Derek, Pedersen, Rasmus Brun (2019). *Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines*, University of Michigan Press: Michigan.
- Bernanke, B. S., Geithner, T. F. e Paulson, Jr H. M. (2019). *Firefighting: The Financial Crisis and Its Lessons*. Penguin Books..
- Blanchard, O. e Summers, L.H. (2019). *Evolution or Revolution? Rethinking Macroeconomic Policy After the Great Recession*. The MIT Press.
- Boschi, Renato R. e A. A. Gomide (orgs.) (2016). *Capacidades Estatais em Países Emergentes: O Brasil em Perspectiva Comparada*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Capoccia, G. (2017). *Critical Junctures* . In Fioretos, O.; Falleti, T. G e Sheingate, A. *The Oxford Handbook of Historical Institutionalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Couto, C. G. & Arantes, R. (2019) 1998-2018 - Trinta anos de constitucionalização permanente.
- Davis, Christina L. (2012). *Why Adjudicate? Enforcing Trade Rules in the WTO*. Princeton: Princeton University Press.
- De Gregorio, J. (2014). *How Latin American Weathered the Global Financial Crisis*, Peterson Institute for International Economics: Washington, DC.
- Figueiredo, Argelina Cheibub e Fernando Limongi (2016). “Political Institutions and Governmental Performance in Brazilian Democracy.” In: Dana de la Fontaine; Thomas Stehnen. (Org.). *The Political System of Brazil*. Brussels: Springer Berlin Heidelberg, p. 63-82.
- Goldstein, Judith e Martha Finnemore, eds. (2013). *Power in the Contemporary Era*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Gourevitch, P. (1986). *Politics in Hard Times: Comparative Responses to International Economic Crises*. Ithaca: Cornell University Press.
- _____. (1993). “Democracy and Economic Policy: Elective Affinities and Circumstantial Conjunctures.” *World Development*. Vol. 21(8).
- _____. (2013). “Yet More Hard Times?” In Kahler, M. and Lake, D. A. eds. *Politics in The New Hard Times: The Great Recession in Comparative Perspective*. Cornell Studies in Political Economy. Cornell University Press.
- Hopewell, Kristen. (2013). *New Protagonists in Global Economic Governance: Brazilian Agribusiness at the WTO*. *New Political Economy* 18(4):602-23.
- Haggard Stephen, Kaufman, Robert, __ (2016). *Dictators and Democrats. Masses, Elites and Regime Change*. New Jersey. Princeton University Press.
- Hall P. __ (2017). “Politics as a Process Structured in Space and Time.” In Fioretos, O.; Falleti, T. G e Sheingate, A. *The Oxford Handbook of Historical Institutionalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Hurrell, Andrew (2007). *On Global Order: Power, Values, and the Constitution of International Society*. Oxford: Oxford University Press.
- Kelly, Kevin (2016). *The Inevitable. Understanding the 12 Technological Forces that will Shape our Future*. New York, Penguin.

- Keohane, Robert O. (2014). "The Global Politics of Climate Change: Challenge for Political Science." *Political Science & Politics* 48 (1). doi:<https://doi.org/10.1017/S1049096514001541>.
- Lang, V.F., Tavares, M.M, (2018). "The Distribution of Gains from Globalization", IMF papers. WP 18/54.
- _Lazzarini, R._ e Musacchio, A. (2016). Reinventando o Capitalismo de Estado: O Leviatã nos negócios. Brasil e outros países. Penguin Books.
- Luterbbacher, Urs & Sprinz, Detlef (org.) (2018). Global Climate Policy: Actors, Concepts and Enduring Challenges, Cambridge, MIT press.
- Milanovic, B. Global Inequality, A New Approach for the Age of Globalization, Cambridge : the Belkap Press of Harvard University.
- Oliveira,A. e Onuki , J. (2018). "Balance of Power and International Trade: The Perception of the Brazilian Public Opinion about China and BRICS." In: Wang Lingg. (Org.). *The coordination of BRICS Development Strategies: Way to Shared Prosperity*. Pequim: National Institute for Global Strategy, p. 40-47.
- Onuki, J. e Oliveira, A. (2013). "O Espaço do IBAS na Política Externa Brasileira." In: Antônio Carlos Lessa; Henrique Altemani de Oliveira (Orgs.). *Parcerias Estratégicas do Brasil: A Dimensão Multilateral e as Parcerias Emergentes*. Belo Horizonte: Fino Traço, p. 15-35
- Pinker, Steven (2018). Enlightenment Now. The Case for Reason, Science, Humanism and Progress. New York, Penguin
- Przeworski, A. (2019) Crisis of Democracy, Cambridge: Cambridge University Press.
- Ricupero, R. (2017) A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016), RJ: Versal Edtores
- Robertson, C.; Armijo, L.; Takada, A. (2017). The Brics and collective financial statecraft. Oxford: Oxford University Press.
- Rochedo, P, Schaffer, R & Eduardo Viola (2018). "The Threat of political Bargaining to Climate Mitigation in Brazil" IN: Nature Climate Change, 2018. Doi: 10.1038/s41558-018-0213-y
- Rodrik, D. (2012). The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy. W. W. Norton & Company.
- Sassen, S. (2010). "The state and Globalization, in Hall, R.Bruce and Biersteker, Thomas J. eds. *The emergence of Private Authority in Global Governance*. Cambridge: Cambridge U. Press, pp. 91-112.
- Schiller, R. Narrative Economics, 2019, Princeton: P.U.Press
- Sola, L. e Loureiro, M. R. (2011). Democracia, Mercado e Estado. O B de Brics. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Sola, L. e Whitehead, L. eds. (2006). Statecrafting Monetary Authority. Democratization and Financial Order in Brazil. Oxford: Center for Brazilian Studies.
- Solingen, E. (1998). Regional Orders at Century's Dawn. Princeton University Press.

Solingen, E., Gourevitch. P. (2017). “Domestic Coalitions: International Sources and effects” in William R. Thompson, Oxford Research Encyclopedia of Empirical International Relations Theory: Oxford University Press.

Vilhena Vieira, 2018, A batalha dos poderes: Da transição democrática ao mal-estar constitucional, São Paulo , Companhia das Letras.

Viola, Eduardo & Matias Franchini (2018). Brazil and Climate Change: Beyond the Amazon. New York, Routledge.

Viola, Eduardo & Matias Franchini (2014). “Brazilian Climate Politics 2005-2012: Ambivalence and Paradox.” *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change* 5 (5). Wiley-Blackwell: 677–88. doi:10.1002/wcc.289.

Viola, Eduardo & Kathryn Hochstetler (2015). “The State and Climate Governance: Brazil” in *Research Handbook on Climate Governance*, Karin Backstrand & Eva Lovbrand (org.), Cheltenham, UK, Edward Elgar Publishing, pp. 237-250



Lourdes Sola

Eduardo Viola